

CONTRATO CEDAE Nº 183 /2020 (DPR)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **YAXMUTAL UTILIDADES EIRELI**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO e do seu Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. ALBERTO RÉGIS TÁVORA, doravante denominada **CEDAE**, e a **YAXMUTAL UTILIDADES EIRELI**, sediada na Avenida Tim Maia, 7.435, bloco 01, 504, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, CEP:22.790-669, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.251.094/0001-20, neste ato por meio de seu titular ao final assinado, Sr. VINICIUS DE SIMAS LEAL DE PINHO, brasileiro, advogado, portador da cédula de identidade 17399 OAB/RJ, inscrito no CPF sob nº 108.947.877-13, residente e domiciliado na Avenida Tim Maia, 7435, bloco 01, apto 504, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro/RJ, CEP:22.790-669, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato com fundamento no **Processo Administrativo E-12/800.035/2020**, mediante **Pregão Eletrônico nº 660/2020**, que se regerá pelas normas da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo que dispõe o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, pelos preceitos de direito privado, pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002 e pela Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis, pelos preceitos de direito privado, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **“AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA PARA TODOS OS SETORES OPERACIONAIS DA CEDAE”**, conforme **Pregão Eletrônico 660/2020**, que passa a integrar a presente contratação embora não transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência contratual será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data indicada na Ordem de Fornecimento, que será emitida após a assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os fornecimentos intermediários observarão o previsto no Termo de Referência (Anexo II do Edital), e ocorrerão conforme demanda emitida em ordem escrita pela CEDAE, que deverá ser atendida no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Esta contratação poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 05 (cinco) anos totais de vigência, desde que observados os requisitos constantes do art. 203 do RILC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste

contrato;

- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados à execução satisfatória do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens observando a quantidade, qualidade, local e prazos especificados no termo de referência desta contratação, cujo teor integra o presente ajuste;
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato, por escrito, sobre qualquer problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo causado à **CEDAE** ou a terceiros pela má execução do contrato;
- g) atender, em prazo razoável, a todas as determinações formuladas pela Comissão de fiscalização da **CEDAE**; e
- h) manter as condições de habilitação e qualificação inicialmente exigidas para esta contratação durante todo o período de vigência contratual.
- i) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- j) responder pelo contrato na forma da lei.
- k) A Contratada deverá atender aos requisitos de sustentabilidade ambiental, previstos no subitem 16.7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto em regime de fornecimento contínuo, pelo preço de **R\$ 63.840,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta reais)**, item 03 do edital, conforme tabela abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
03 (EXCLUSIVO ME/EPP)	PEDRA BRITADA Nº 1	570 M ³	R\$ 112,00	R\$ 63.840,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço ajustado inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2020, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Conta Orçamentária: 411110202
Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903010
Centro de Custos: DP22010000
ID da Reserva Orçamentária: 2020000719.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As despesas relativas ao exercício subsequente correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início do próximo exercício.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

O(s) pagamento(s) à **CONTRATADA** será(ão) realizado(s) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados de cada recebimento provisório previsto na cláusula décima quarta, conforme cronograma financeiro inserido à fls. 551 do processo administrativo de referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A fiscalização efetuada pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO QUARTO - A verificação, pela Comissão de Fiscalização, de qualquer irregularidade no(s) objeto(s) entregue(s) impedirá o seu recebimento provisório, ficando conseqüentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr quando solucionado o problema.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação formal da **CONTRATADA** acerca da irregularidade/pendência constatada, podendo ser realizada por meio de correspondência eletrônica.

PARÁGRAFO SEXTO - Os pagamentos devidos serão efetuados pela **CEDAE** mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRABESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato, serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, *pro rata die*. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação na execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSIO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

PARÁGRAFO ÚNICO – As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada 12 meses pelo IGP-M iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data de apresentação da proposta (I0), conforme expressão matemática a seguir.

$$R = \frac{Po [(1 - I)^n]}{I}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = Índice IGP-M correspondente ao mês do reajustamento

I0 = Índice IGP-M correspondente a data da apresentação da proposta

a) Observada a periodicidade, a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquele referente à medição dos serviços/obra.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. As anualidades que se completarem durante o curso da licitação/contratação deverão ser pleiteadas no mesmo prazo, contados da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O reajuste deverá ser formalmente solicitado por meio de e-mail ou de documento da CONTRATADA dirigido à Comissão de Fiscalização, registrado no Protocolo Geral da CEDAE, e deverá vir acompanhado dos cálculos, conforme art. 198, §1º do RILC.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A inércia da CONTRATADA em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

PARÁGRAFO QUARTO - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta (10).

PARÁGRAFO QUINTO - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

PARÁGRAFO SEXTO - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, na forma do Procedimento para aplicação de sanções administrativas nas licitações e contratos executados no âmbito da CEDAE às penalidades seguintes:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa por descumprimento da implementação do Programa de Integridade, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

PARÁGRAFO QUINTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

PARÁGRAFO OITAVO - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

PARÁGRAFO NONO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a

apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a multa por descumprimento da implementação do Programa de Integridade, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - Ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II - Acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III - decisão judicial ou arbitral.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão por ato unilateral da **CEDAE**, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CEDAE** se reserva o direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

PARÁGRAFO SEXTO - A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 25 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

A aceitação provisória nos contratos de aquisição ocorrerá conforme o número de parcelas de fornecimento, mediante o recebimento do material no almoxarifado da Companhia ou fora deste, observando-se os seguintes procedimentos:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os materiais e equipamentos entregues no almoxarifado serão recepcionados e devidamente conferidos pelo Chefe do Almoxarifado. Em seguida, deverão sofrer inspeção técnica por parte do Departamento de Pesquisa de Material – GSU-2 e, posteriormente, pela Comissão de Fiscalização do Contrato, que os aceitarão provisoriamente pela emissão do TERMO DE RECEBIMENTO E INSPEÇÃO DE MATERIAL (doc. Ref. ANEXO IV da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os materiais e equipamentos entregues fora do almoxarifado serão recepcionados por pelo menos um dos membros da Comissão de Fiscalização do Contrato, que será responsável pela verificação das conformidades, validando a aceitação destes, pela emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO PARA RECEBIMENTO DE MATERIAL FORA DO ALMOXARIFADO (doc. Ref. ANEXO V da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/2017).

PARÁGRAFO TERCEIRO - A documentação acessória aos Termos de Recebimento será a estabelecida pela Gerência de Suprimento, bem como os demais procedimentos e prazos implicados nesse processo.

PARÁGRAFO QUARTO - Para o pagamento de cada nota fiscal será obrigatória a apresentação do(s) citado(s) Termo(s) de Recebimento aprovado(s).

PARÁGRAFO QUINTO - O recebimento de materiais e equipamentos de valor superior a R\$ 150.000,00 deverá ser realizado por uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, conforme OS “E” nº 14.693/2017.

PARÁGRAFO SEXTO - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS “E” nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA, que será produzido após a verificação da qualidade e quantidade da totalidade do material entregue, observando-se as seguintes etapas:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Nos casos de contratos de ATÉ R\$ 1 MILHÃO, o Gerente do Contrato solicitará à Comissão de Fiscalização designada o Formulário de Acompanhamento da Execução do Contrato (ANEXO II, IN AGE N.º 30), devidamente preenchido e assinado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em seguida, procederá à verificação dos Aceites Provisórios emitidos e, inexistindo impropriedades, emitirá e assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de contratos de VALOR SUPERIOR A R\$ 1 MILHÃO E INFERIOR A R\$ 37,5 MILHÕES, o Gerente do Contrato, além de observar os parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, submeterá o Termo emitido à apreciação e assinatura do Diretor da área gestora do contrato. Nesse caso, o Coordenador da Comissão de Fiscalização do Contrato também assinará o Termo de Aceitação Definitiva.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo para emissão do Termo de Aceitação Definitiva será aquele descrito no item 2.2.4 da Ordem de Serviço “E” n. 14.693/17.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da CEDAE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) de qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da CONTRATADA, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

PARÁGRAFO QUARTO - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela CONTRATADA, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública".

PARÁGRAFO SEXTO - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO OITAVO - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de

multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO NONO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

PARÁGRAFO DÉCIMO-PRIMEIRO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO-SEGUNDO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

PARÁGRAFO DÉCIMO-TERCEIRO - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela CONTRATADA."

PARÁGRAFO DÉCIMO-QUARTO - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual n. 46.366/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO


Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2020.

Pela CEDAE:


RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO
Diretor Presidente

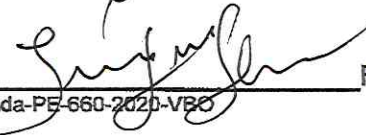

ALBERTO RÉGIS TÁVORA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pela CONTRATADA:


VINICIUS DE SIMAS LEAL DE PINHO
Titular

TESTEMUNHAS:

1) CLÁUDIO BARROSO de PINHO  RG: 52565

2) JULIANA COSTA SANTOS  RG: 29342438-8
Contr-YAXMUTAL-EIRELI-aquisição-pedra-britada-PE-660-2020-VBO

Subterrânea Do Lameirão". PRAZO: 110 (cento e dez) dias corridos. VALOR TOTAL: R\$ 279.677,60 (duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos). DATA DE ASSINATURA: 20/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.371/2018 (Licitação - TP Nº 102/2020).

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 179/2020 (DRI). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a UNICORP INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA. OBJETO: "Aquisição De Licenças De Software De Gestão De Laboratórios Para Atendimento Às Unidades Da Dri". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais). DATA DE ASSINATURA: 22/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-12/800.372/2020 (Pregão Eletrônico - PE Nº 685/2020).

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 180/2020 (DPE). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: "Contratação De Serviços Técnicos Especializados Para O Programa De Transformação Digital Da Cedae - LOTÉ I". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 11.034.650,88 (onze milhões, trinta e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos). DATA DE ASSINATURA: 29/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.562/2019 (Pregão Eletrônico - PE Nº 661/2020).

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 181/2020 (DPE). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: "Contratação De Serviços Técnicos Especializados Para O Programa De Transformação Digital Da Cedae - LOTÉ II". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 1.749.999,48 (um milhão, setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos). DATA DE ASSINATURA: 29/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.562/2019 (Pregão Eletrônico - PE Nº 661/2020).

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 182/2020 (DRI). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a POLLYCALL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: "Aquisição De Filtros De Zeólitas Para A Gerência Norte - GDRI-7". PRAZO: 30 (trinta) dias. VALOR TOTAL: R\$ 822.000,00 (oitocentos e vinte e dois mil reais). DATA DE ASSINATURA: 27/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-12/800.095/2019 (Pregão Eletrônico - PE Nº 682/2020).

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 183/2020 (DPR). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a YAXMULL UTILIDADES EIRELI. OBJETO: "Aquisição De Pedra Britada Para Todos Os Setores Operacionais Da Cedae". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 63.840,00 (sessenta e três mil, oitocentos e quarenta reais). DATA DE ASSINATURA: 30/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-12/800.035/2020 (Pregão Eletrônico - PE Nº 660/2020).

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 185/2020 (DSG). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a IDEXX BRASIL LABORATÓRIOS LTDA. OBJETO: "Aquisição De Substrato Enzimático Definido ONPG - MUG 24 Horas". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 393.470,00 (trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta reais). DATA DE ASSINATURA: 22/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-12/800.270/2020 (Pregão Eletrônico - PE Nº 672/2020).

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 187/2020 (DRM). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CONSTRUTORA BRASFORM LTDA - ME. OBJETO: "Recuperação Do Reservatório Mãe D'água - Ilha Do Governador - Rio De Janeiro". PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR TOTAL: R\$ 1.939.998,01 (um milhão, novecentos e trinta e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e um centavo). DATA DE ASSINATURA: 04/11/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-12/800.082/2020 (Licitação - LI Nº 010/2020).

EXTRATOS DE CONTRATOS

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 186/2020 (DPR). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a COMERCIAL CEDRO EIRELI ME. OBJETO: "Aquisição De Equipamentos De Proteção Individual (Epi) Cremes De Proteção Para Pele E Repelente". PRAZO: 01 (um) ano. VALOR TOTAL: R\$ 59.968,17 (cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos). DATA DE ASSINATURA: 30/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.534/2019 (Pregão Eletrônico - PE Nº 630/2020).

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 168/2020 (DPR). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a GALEGOS IMPORTADORA LTDA ME. OBJETO: "Aquisição De Equipamentos De Proteção Individual (Epi) Cremes De Proteção Para Pele E Repelente". PRAZO: 01 (um) ano. VALOR TOTAL: R\$ 17.472,00 (dezesete mil, quatrocentos e setenta e dois reais). DATA DE ASSINATURA: 09/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.534/2019 (Pregão Eletrônico - PE Nº 630/2020).

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 027/2020 (DTP). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CONSTRUTORA MONTE NEGRO EIRELI - EPP. OBJETO: "Pagamento Do Reajustamento Referente A 1ª Anualidade". PRAZO: Não Há. VALOR: R\$ 252.345,78 (duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos). DATA DE ASSINATURA: 21/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.163/2019 (Procedimento Licitatório - LI Nº 008/2019).

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 142/2019 (DRI). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a DESENTUPIDORA DESENTOP LTDA. OBJETO: "Prorrogação Do Prazo Contratual. PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR: R\$ 2.699.000,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil reais). DATA DE ASSINATURA: 23/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.304/2019 (Pregão Eletrônico - PE Nº 630/2019).

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 144/2019 (DF). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a QUALITY ALUGUEL DE VEÍCULOS S/A. OBJETO: "Prorrogação Do Prazo Contratual E O Reajustamento Parcial Dos Preços Contratados Referente A 2ª Anualidade". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR: R\$ 1.164.949,26 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte e seis centavos). DATA DE ASSINATURA: 30/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.383/2018 (Pregão Eletrônico - PE Nº 357/2018).

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 077/2020 (DFI). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ALVOTEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: "Prorrogação Do Prazo De Fornecimento". PRAZO: 90 (noventa) dias. VALOR: Não Há. DATA DE ASSINATURA: 29/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.335/2018 (Pregão Eletrônico - PE Nº 308/2019 ASL-DP).

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 143/2019 (DF). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS. OBJETO: "Prorrogação Do Prazo Contratual E O Reajustamento Parcial Dos Preços Contratados Referente A 2ª Anualidade". PRAZO: 03 (três) meses. VALOR: R\$ 357.381,81 (trezentos e cinquenta e sete mil, trezentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos). DATA DE ASSINATURA: 30/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.383/2018 (Pregão Eletrônico - PE Nº 357/2018).

INSTRUMENTO: Aditivo nº 04 ao Contrato CEDAE nº 116/2018 (DF). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a VIGFAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. OBJETO: "Alterar-Se As Cláusulas Quinta E Sexta Do Aditivo 03, Considerando A Indicação Erro/No Valor Da Contratação". PRAZO: Não Há. VALOR: Não Há. DATA DE ASSINATURA: 29/10/2020. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-17/100.379/2016 (Pregão Eletrônico - PE Nº 063/2016).

EDITAL DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020
RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL COM VISTA A CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO DE VAGAS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO - AGENTE DE SANEAMENTO B

O Presidente da Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, tendo em vista a autorização contida no proc. nº E-12/800.322/2020, que trata da contratação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Emergencial Simplificado com vista a contratação por prazo determinado para vagas do cargo de AGENTE DE SANEAMENTO B, encaminhamos a relação parcial com os nomes dos candidatos contratados - PROCESSO Nº E-12/800.322/2020

Ordem	Nome	Especialidade
1	Ademilson Oliveira Ferreira	Serviço de Tratamento de Água
2	Adilson Roque De Jesus	Serviços de Elevatória
3	Adriano Da Silva Oliveira	Serviço de Sistemas e Redes de Água e Esgoto
4	Alberto de Castro Monteiro	Serviços de Elevatória
5	Althino Sardinha Da Costa	Serviço de Sistemas e Redes de Água e Esgoto
6	Anderson Beirão Rodrigues	Serviço de Tratamento de Água
7	Anderson Luiz Gonçalves Pereira	Serviço de Sistemas e Redes de Água e Esgoto
8	Braulio De Souza Marques	Serviços de Elevatória
9	Bruno Assis Coutinho	Serviços de Elevatória
10	Bruno Da Silva Avellar	Serviços de Elevatória
11	Bruno De Mattos Arruda	Serviço de Tratamento de Água
12	Bruno Wallace Pereira Lima	Serviço de Sistemas e Redes de Água e Esgoto
13	Carlos Andre Batista	Serviços de Elevatória
14	Carlos Eduardo Vieira Cahet	Serviços de Elevatória
15	Carlos Eduardo da Silva Coutinho	Serviço de Tratamento de Água
16	Carlos Eduardo Rabello Ferreira	Serviços de Elevatória
17	Dalton Mota Dos Santos	Serviços de Elevatória
18	Daniele Cruz Fernandes	Serviço de Tratamento de Água
19	Danielo Vargas da Silva	Serviços de Elevatória
20	Diego De Pinho Sebrinho	Serviço de Tratamento de Água
21	Dietro José Reis	Serviço de Tratamento de Água
22	Divan Fernandes Quintanilha	Serviços de Elevatória
23	Diogo Teixeira De Oliveira	Serviço de Sistemas e Redes de Água e Esgoto
24	Eduardo Silva Constantino	Serviço de Tratamento de Água
25	Eliseu Da Silva Pereira	Serviços de Elevatória
26	Elvis Sales Martins	Serviço de Tratamento de Água
27	Esaias De Farias Anães	Serviço de Tratamento de Água
28	Evaldo Sardinha Da Costa	Serviços de Elevatória
29	Fabiano De Souza Nolasco	Serviços de Elevatória
30	Fabio Amaral Da Silva	Serviços de Elevatória
31	Fábio Ribeiro	Serviço de Tratamento de Água
32	Fabio Salarzani Valadares	Serviços de Elevatória
33	Fernanda Ortega Ramada	Serviço de Tratamento de Água
34	Francis Claudio Faria Carmilho	Serviços de Elevatória
35	Francisco De Assis Avelino Lima	Serviços de Elevatória
36	Frederick Silva Costa	Serviços de Elevatória
37	Gilberto De Melo Vasconcelos	Serviço de Tratamento de Água
38	Gustavo Da Silva Coelho	Serviços de Elevatória
39	Gustavo Laurindo	Serviço de Tratamento de Água
40	Haroldo José Marcelo de Cerqueira	Serviço de Tratamento de Água
41	Hercules Paciello Da Silva	Serviços de Elevatória
42	Hugo Edjard Stuard Gamarra Luyva	Serviço de Tratamento de Água
43	Itamar Mota Da Silva Nunes	Serviço de Tratamento de Água
44	Isabela Peixoto Dos Santos	Serviço de Tratamento de Água
45	Jairo Andrade Ouriques	Serviço de Tratamento de Água
46	Jaqueline Ferreira Bento	Serviço de Tratamento de Água
47	Jean Pierre Rodrigues Dos Santos	Serviços de Elevatória
48	Jonatas Ferreira Da Silva	Serviço de Tratamento de Água
49	Jonathan Alves Ferro	Serviços de Elevatória
50	Jorge Antonio Domingues Da Fonseca	Serviço de Tratamento de Água
51	José Carlos Vitor Júnior	Serviços de Elevatória
52	José Paulo Silva	Serviço de Tratamento de Água
53	Julio Cesar Santana De Sousa	Serviços de Elevatória
54	Lauro Da Silva Júnior	Serviço de Tratamento de Água
55	Leandro Henrique De Souza	Serviços de Elevatória
56	Leandro Nogueira Maciel	Serviços de Elevatória
57	Leonardo Bruno Da Silveira	Serviço de Tratamento de Água
58	Marcelo Ferreira De Souza	Serviços de Elevatória
59	Marcelo Motta Rozit	Serviço de Tratamento de Água
60	Márcio Leandro Pereira Silva	Serviços de Elevatória
61	Marion Dos Santos Franco Souza	Serviço de Tratamento de Água
62	Marllon De Paula Pires Gomes	Serviços de Elevatória
63	Mateus Correa Da Silva Rosa	Serviço de Tratamento de Água
64	Mauricio Vieira Do Nascimento	Serviços de Elevatória
65	Maxwell Tavares Ramos	Serviço de Tratamento de Água
66	Mozes Dias Dos Santos Junior	Serviços de Elevatória
67	Nelson Da Silva Costa	Serviço de Tratamento de Água
68	Nilberto De Jesus Moreira	Serviço de Tratamento de Água
69	Patrick Pena Gomes	Serviço de Tratamento de Água
70	Petrucio Carvel Gomes	Serviço de Tratamento de Água
71	Rafael Gullinelli Pereira	Serviço de Tratamento de Água
72	Rafael Rosário Pereira Lima	Serviço de Tratamento de Água
73	Ronaldo Hercules Marinho	Serviço de Sistemas e Redes de Água e Esgoto
74	Rosivaldo Lopes Marins	Serviços de Elevatória
75	Ruan Carlos dos Santos Ferreira	Serviço de Tratamento de Água
76	Sandro Erii Da Silva Cesário	Serviço de Tratamento de Água
77	Sebastião Eduardo De Carvalho Souza	Serviço de Tratamento de Água
78	Thaliss Machado Dutra	Serviço de Tratamento de Água
79	Thiago Costa Melemgate Pinto	Serviço de Tratamento de Água
80	Valdineze Sant'Anna Da Silva	Serviço de Tratamento de Água
81	Vinicius Jose de Mattos Lima	Serviço de Tratamento de Água
82	Waldir De Paula Neto	Serviço de Tratamento de Água
83	Wellington Lima De Melo	Serviços de Elevatória
84	Wellington Nunes De Lima	Serviço de Tratamento de Água
85	Wilson Dos Santos Carvalho	Serviço de Tratamento de Esgoto

RENATO LIMA DO ESPÍRITO SANTO
Diretor Presidente

